

Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil

Contribuições para um debate¹

Francisco José Carvalho Mazzeu²

Resumo O artigo traça um panorama das políticas públicas de apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, com base nos dados de programas nacionais e de legislações estaduais e municipais. Por meio das informações levantadas, foi feita uma análise baseada em um referencial metodológico proposto para o campo do chamado Investimento de Impacto. Esse referencial classifica as iniciativas governamentais em três tipos: aquelas que oferecem recursos de capital diretamente aos empreendimentos (supply), as que direcionam recursos por meio de compras públicas ou outros mecanismos (directing) e as que aumentam a capacidade técnica dos empreendimentos para captar e gerenciar recursos (demand). A aplicação desse modelo indicou que existia, nos programas analisados, uma carência de ações de oferta e direcionamento de recursos, especialmente para os empreendimentos urbanos. O quadro de análise também aponta seis critérios para a avaliação de políticas públicas: Transparência, Focalização, Implementação, Coordenação, Comprometimento e Participação Social e Comunitária. Com base nesses critérios, foi apontada uma necessidade de melhoria nas dimensões de Coordenação, Comprometimento e Focalização. Em relação às políticas locais e estaduais, montou-se um quadro comparativo com os pontos principais estabelecidos pelas legislações analisadas, indicando, entre outros aspectos, a necessidade de encontrar mecanismos mais estruturados de financiamento dos programas, por meio de Fundos de Investimento Solidário, por exemplo. Finalmente, o texto aponta para o potencial de articulação da Economia Solidária com o setor de Investimento de Impacto e as Empresas Sociais, especialmente no que se refere ao financiamento e à inserção no mercado.

Palavras-chave Avaliação de Políticas Públicas; Economia Solidária; Investimento de Impacto; Empreendimentos Econômicos Solidários.

Abstract The article provides an overview of public policies to support Solidarity Economy Enterprises in Brazil, based on data from national programs and state and local laws. Based on the information gathered was made an analysis based on a methodological framework proposed for the so-called Impact Investing field. This framework classifies government initiatives in three types: those that provide capital resources directly to enterprises, those

1 Este texto é baseado em um relatório de pesquisa enviado

that direct resources through public procurement or other mechanisms and those that increase the technical capacity of enterprises to capture and manage resources. The application of this model indicated that there was a lack of supply and directing actions in the analyzed programs, especially for urban enterprises. The analytical framework also identifies six criteria for the evaluation of public policies: Transparency, Targeting, Implementation, Coordination, Commitment and Engagement. Based on these criteria it was identified a need for improvement in the dimensions of: Targeting, Coordination and Commitment. Regarding to local and state policies, a comparative table was drawn up with the main points established by the legislations analyzed, indicating, among other things, the need to find more structured financing mechanisms for the programs, through Solidarity Investment Funds, for example. Finally, the text points to the potential of articulation of the Solidarity Economy with the Impact Investing sector and the Social Enterprises, particularly in issues like investment and market insertion.

Keywords Public Policies Evaluation; Solidarity Economy; Impact Investing; Solidarity Enterprises.

Resumén Este relato de experiencia aborda la política pública de economía solidaria desarrollada por el gobierno de Bahía desde 2007, a través de la Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Superintendencia de Economía Solidaria del Ministerio de Trabajo, Empleo, Ingresos y Deporte). Trata de una iniciativa innovadora que atiende a una reivindicación del movimiento de economía solidaria bahiano y que ha beneficiado a miles de trabajadores. Esta intervención pública se centra en los siguientes elementos: estructuración e institucionalización de la política, con la creación de marcos jurídicos específicos; establecimiento de derechos económicos, relacionados con el acceso al crédito y finanzas solidarias; creación de estructura de servicios públicos de asistencia técnica y de crédito en espacios físicos de amplio acceso a los EES; y atención directa a las empresas. El texto inicia con una breve contextualización del surgimiento de la política estatal de economía solidaria, enseguida se detalla su organización institucional y las directrices de estructuración, y, por último, se presentan los aprendizajes, límites y retos, así como algunas reflexiones sobre la cuestión de la política de la economía solidaria como una política de inclusión social o de desarrollo.

Palabras clave Economía solidaria; La política pública de la economía solidaria; Cooperativismo.

Introdução

Em meados de 1980 se inicia no Brasil um movimento de reação ao desemprego e às situações de crise econômico-sociais (e.g., falências), que criou um ambiente propício à formação e ao desenvolvimento da chamada Economia Solidária. Entende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e

